



# Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário

RELATÓRIO ANUAL 2021- 2022



# Índice

APRESENTAÇÃO .....	3
INTRODUÇÃO .....	4
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA PRESIDÊNCIA DO GRUPO DE FOMENTO AO MANEJO FLORESTAL ...	8
PROGRESSO DE DESEMBOLSO DO FUNDO: APLICAÇÃO DO US\$1,7 BILHÃO.....	11
FAZER DIFERENTE: ESTUDOS DE CASO.....	15
MENSAGENS DOS DOADORES SOBRE PROGRESSOS E DESAFIOS.....	37
OUTRAS INFORMAÇÕES .....	54

# Apresentação



## MENSAGEM DE APRESENTAÇÃO DO LORD GOLDSMITH EM NOME DO REINO UNIDO NA PRESIDÊNCIA DO GRUPO DE FOMENTO 2022

O anúncio do **Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário**, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 2021, foi um marco histórico. O fundo de US\$1,7 bilhão, formado por 22 doadores bilaterais e filantrópicos, reconhece a necessidade de ampliar a atuação de comunidades florestais na mitigação das mudanças climáticas, na proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, e na prevenção ao desmatamento.

Passado um ano desde a constituição do Fundo, este primeiro relatório do Grupo de Fomento ao Manejo Florestal traz um retrato da evolução alcançada em 2021.

O documento descreve o trabalho conjunto dos doadores, em diálogo com povos indígenas e organizações comunitárias locais. Por meio dos compromissos assumidos pelo Fundo, os doadores continuarão a construir parcerias para superar desafios em comum e promover as mudanças necessárias para fortalecer o financiamento a organizações indígenas e comunitárias.

O Reino Unido teve a honra de assumir a presidência do Grupo de Fomento em 2022, e

quero agradecer a todos os doadores integrantes do Fundo pela contribuição aos seus avanços. No âmbito de seus esforços climáticos e ambientais, o Reino Unido continuará a trabalhar com seus parceiros para alcançar as metas do Fundo para 2025 e nos anos seguintes.

A constituição deste Fundo representa um importante primeiro passo e espero que sirva de ponto de partida para compromissos ainda mais ambiciosos por parte de governos, doadores e outros atores a fim de garantir o devido reconhecimento e apoio às comunidades que dependem das florestas e da natureza, e que são seus maiores guardiões.

**Lord Goldsmith** de Richmond Park, Ministro de Estado na Foreign, Commonwealth & Development Office (**FCDO**)



## 01

# Introdução

## IMPORTÂNCIA DE ASSEGURAR OS DIREITOS DE POSSE E MANEJO FLORESTAL

Cerca de 1,6 bilhão de pessoas vive no entorno de florestas e depende de recursos florestais para sua subsistência, e cerca de 36% das florestas remanescentes do planeta estão em terras indígenas<sup>1</sup>. No entanto, mesmo diante da importância dos povos indígenas e comunidades tradicionais (PIs e CTs)<sup>2</sup> para a proteção das florestas e da natureza, poucos deles detêm direitos seguros de posse, manejo e controle de suas terras e recursos. Além disso, essas comunidades recebem apenas uma fração dos recursos destinados ao financiamento climático: segundo estudo recente, projetos de apoio à posse e manejo de florestas por PIs e CTs receberam menos de 1% dos recursos de Assistência Oficial para o Desenvolvimento destinados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas entre 2011 e 2020<sup>3</sup>.

1. Julia Fa et al., "Importance of Indigenous Peoples' Lands for the Conservation of Intact Forest Landscapes," *Frontiers in Ecology and the Environment* 18 no. 3 (April 2020): 135-140. <https://esajournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/fee.2148>

2. Neste relatório, povos indígenas e comunidades tradicionais são definidas como grupos que se reconhecem como "indígenas" (conforme OIT169), bem como outras comunidades locais que, embora não se reconheçam como tal, tenham características similares ou também sejam fundamentais para a gestão sustentável da terra, incluindo florestas de alto carbono e áreas de alto índice de biodiversidade. Para os fins do Fundo, comunidades quilombolas se incluem nesta definição.

3. Rainforest Foundation Norway, *Falling Short: Donor Funding for IP and LC to Secure Tenure Rights and Manage Forests in Tropical Countries (2011-2020)*, Oslo: Rainforest Foundation Norway; 2021. <https://www.regnskog.no/en/news/falling-short>

## FUNDO PARA O MANEJO FLORESTAL INDÍGENA E COMUNITÁRIO

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), realizada em Glasgow em 2021, foi anunciada a constituição de um **Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário** por 22 doadores, entre governos e organizações filantrópicas, com **US\$ 1,7 bilhão** em recursos para apoio aos direitos de posse e manejo florestal de PIs e CTs. O Fundo atua em dois eixos:



**Fortalecimento do apoio direto aos povos indígenas e comunidades tradicionais**, inclusive por meio de capacitação e construção de estruturas de governança coletiva e meios de renda sustentáveis; e



**Atividades que fortaleçam e protejam os direitos de PIs e CTs sobre a terra e seus recursos**, incluindo apoio à **reforma e implantação de leis sobre direitos de posse e manejo florestal**.

O Fundo representa um compromisso de **ampliar e tornar mais assertiva a mobilização** de recursos para países detentores de florestas tropicais. Atende a uma antiga demanda dos PIs e CTs e da sociedade civil para que uma maior parcela do financiamento climático se destine a apoiar a atuação fundamental de PIs e CTs como guardiões das florestas e da natureza. Também reconhece as diversas dificuldades enfrentadas por PIs e CTs para acessar esses recursos, e o fato de geralmente receberem diretamente apenas uma pequena parcela das verbas. Por meio do Fundo, os doadores reforçam seu objetivo de longo prazo de melhorar a coordenação de ações bilaterais, multilaterais, privadas e da sociedade civil, e de fortalecer o apoio político e a capacidade de ação dos governos. O Fundo também reforça a importância da **participação efetiva e da inclusão de PIs and CTs** nas decisões e na concepção e implementação dos projetos.

O Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário está vinculado ao **Fundo Global para o Financiamento Florestal (Global Forest Finance Pledge)**, lançado na COP26, e ao **Fundo para a Bacia do Congo (Congo Basin Pledge)**. Os três fundos têm como objetivo comum a proteção das florestas e o reconhecimento da importante atuação dos PIs e CTs como guardiões das florestas.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

O Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário **não é um fundo propriamente dito** e não há mecanismo central de alocação dos recursos. Cada doador decide sobre a destinação e o desembolso de seus aportes ao Fundo e sobre a forma de implementação dos demais compromissos assumidos pelo Fundo. O Fundo é composto por **recursos com e sem destinação prévia**. Em outras palavras, alguns doadores destinaram uma parcela dos recursos prometidos a projetos e modalidades de apoio já existentes, inclusive editais abertos previamente à constituição do Fundo. Dessa forma, apenas uma parcela do US\$1,7 bilhão será destinada a novas iniciativas. Contudo, em alguns casos podem surgir oportunidades para ampliar o apoio direto aos Pls e CTs em projetos existentes. Esse **redirecionamento na alocação de recursos dos doadores** é uma das principais metas do Fundo entre 2021 e 2025.

## GRUPO DE FOMENTO AO MANEJO FLORESTAL

O [Grupo de Fomento ao Manejo](#) (Grupo de Fomento) é um grupo de trabalho informal criado na esteira da COP26 para promover a articulação e colaboração entre doadores no cumprimento dos compromissos do Fundo. Podem integrar o Fundo, além de seus 22 doadores originais, outros atores atuantes na promoção dos direitos de posse e manejo florestal dos Pls e CTs. O objetivo do grupo é promover um diálogo mais qualificado entre Pls e CTs, doadores e outros atores, buscando facilitar o intercâmbio de informações sobre os avanços do Fundo e fortalecer a parceria entre eles. Outra prioridade será a prestação de contas sobre os compromissos do Fundo, em parte por meio deste relatório anual. O Grupo de Fomento identificou as seguintes prioridades para 2022 e anos seguintes:

- Realizar diagnóstico dos modelos e modalidades atuais de financiamento e apoio, identificando mecanismos efetivos de implantação dos projetos vinculados ao Fundo;
- Manter diálogo constante com Pls e CTs, facilitando a crítica construtiva, a prestação de contas e soluções conjuntas;
- Elaborar diretrizes e práticas para implementação dos compromissos do Fundo por parte de seus integrantes;
- Garantir que os direitos dos Pls e CTs e sua atuação fundamental como guardiões das florestas se mantenham presentes na agenda global, incluindo a COP15 (15<sup>a</sup> Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica), COP27 (27<sup>a</sup> Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, CQNUMC) e outros eventos internacionais; e
- Garantir a prestação de contas e transparência sobre a aplicação dos recursos do Fundo, inclusive por meio deste relatório anual.

O Grupo de Fomento se reúne em escala trimestral para acompanhar o progresso nos compromissos do Fundo, com apoio de subgrupos para áreas de atuação prioritárias. O Governo do Reino Unido presidiu o Grupo de Fomento em 2022, com a Fundação Ford na vice-presidência.



FOTO: JOEL REDMAN / IF NOT US THEN WHO

## SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este primeiro Relatório Anual traz um **balanço da aplicação de recursos pelos integrantes do Fundo** em seu primeiro ano de vigência (janeiro a dezembro de 2021). O documento reúne dados consolidados sobre desembolsos e outras informações sobre a destinação dos recursos. Além disso, retrata os principais desafios para atingir os objetivos do Fundo, e identifica áreas onde há necessidade de maior cooperação entre doadores, lideranças e organizações representantes de PIs e CTs, bem como outros *stakeholders*.

# 02

## Relatório de Atividades da Presidência do Grupo de Fomento ao Manejo Florestal

Este é o primeiro Relatório Anual do Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário. O conteúdo do documento abrange o período de janeiro a dezembro de 2021, o primeiro dos cinco anos de vigência do Fundo. O relatório procurará responder a duas perguntas principais:

Quais os avanços alcançados pelos integrantes do Fundo em 2021 em seus compromissos financeiros, e estão de acordo com o previsto?

Quais as mudanças introduzidas pelos integrantes do Fundo em suas práticas de apoio financeiro e operacionais, para alinhamento com os compromissos e objetivos não financeiros do Fundo?

## Dessa forma, este Relatório Anual também oferece uma resposta inicial a uma pergunta relevante manifestada por muitos líderes comunitários e organizações representantes de Pls e CTs: **qual o destino dos recursos do Fundo e como será garantido que beneficiem as comunidades na ponta?**

O Fundo tem horizonte temporal de cinco anos, tempo necessário para implantar mecanismos de apoio financeiro que sejam efetivos em canalizar os recursos aos Pls e CTs e para promover mudanças relevantes nas práticas de apoio financeiro dos integrantes do Fundo. Os números e a destinação de recursos no primeiro ano do Fundo servem como base para acompanhar a evolução nas práticas e fluxos de alocação de recursos ao longo do ciclo do Fundo. No entanto, os integrantes do Fundo reconhecem a necessidade urgente de apoiar as comunidades que estão na linha de frente dos esforços globais para proteger as florestas e a natureza, muitas das quais enfrentam uma luta diária pela sobrevivência. Em nossos diálogos com organizações comunitárias, procuramos identificar soluções de mais rápida implementação além de ações paralelas para promover mudanças no sistema global de financiamento e melhorar o acesso dos Pls e CTs a financiamento climático.

Em 2021, os integrantes do Fundo desembolsaram ou disponibilizaram<sup>4</sup> \$321.629.748, ou 19% do valor de US\$1,7 bilhão prometido na COP26. Atualmente, a maior parcela dos recursos (39%) tem como destino a América Latina, sendo destinada parcela similar a projetos internacionais (em múltiplas regiões). Apenas cerca de 7% dos

recursos foram destinados para o Sudeste Asiático e 16% para projetos na África. Neste último caso, a menor alocação pode ser explicada por deficiências financeiras e estruturais na Bacia do Congo. Contudo, são necessários maiores estudos para identificar o nível ideal de distribuição por região de acordo com a necessidade<sup>5</sup>.

Ainda que o ritmo dos investimentos em 2021 seja compatível com o necessário para cumprir os compromissos do Fundo, serão necessários maiores esforços para canalizar os recursos mais diretamente aos Pls e CTs. Pouco mais de 80% dos recursos foram destinados à capacitação de Pls e CTs ou ao apoio a ações comunitárias, e 5% à promoção de mudanças sistêmicas por meio de reformas das leis nacionais sobre a posse e o manejo das florestas e do solo. No entanto, apenas 7% dos recursos totais foram destinados diretamente a organizações dirigidas por Pls ou CTs, enquanto 50% foram investidos por meio de organizações não governamentais (ONGs) internacionais (as demais modalidades de apoio são mostradas na Figura 3). Mesmo que parte significativa dos recursos destinados a ONGs seja investida em organizações lideradas por Pls e CTs, na forma de capacitação ou apoio financeiro, entendemos que a atual distribuição de recursos possa gerar questionamentos por parte de Pls

e CTs. Até hoje, o financiamento indireto por meio de intermediários tem sido em muitos casos o único meio de apoio aos Pls e CTs em muitos países, dados os desafios administrativos e práticos para financiamento direto de organizações comunitárias. Para alcançar a meta do Fundo de priorizar o financiamento e apoio “diretos” aos Pls e CTs, será necessário ampliar a participação e o investimento dos integrantes do Fundo em mecanismos de apoio controlados ou administrados pelos Pls e CTs, de forma que os recursos sejam efetivamente investidos nas comunidades florestais (conforme previsto na [“Visão Shandia” da Aliança Global de Comunidades Territoriais](#)). Alguns integrantes do Fundo já adotam modalidades de apoio direto a essas comunidades há muitos anos, e o Grupo de Fomento atualmente estuda alternativas para ampliar a adoção desses instrumentos no período de vigência do Fundo. Conforme evoluírem os mecanismos de apoio direto aos Pls e CTs, espera-se um gradual aumento dos recursos destinados a fundos nacionais ou regionais.

Mas esse processo não será imediato. Nesse sentido, os integrantes do Fundo entendem ainda existir um papel a ser desempenhado por mecanismos indiretos de financiamento e de apoio a organizações “solidárias” intermediárias, que podem atuar na capacitação e garantir o acesso a apoio por um maior número de comunidades, incluindo aquelas não integrantes de associações nacionais ou regionais. Os exemplos descritos no Capítulo 4 e Capítulo 5 deste relatório demonstram as possibilidades e alguns modelos ou roteiros que poderão ser adotados nos próximos anos.

4. A maioria dos integrantes do Fundo efetivamente aplicaram recursos durante o período coberto pelo relatório. Já outros integrantes relataram apenas o empenho ou destinação firme de recursos para projetos específicos no exercício. Dessa forma, do total de recursos disponibilizados no período, cerca de um quarto representa recursos empenhados mas ainda não aplicados.

5. Para a maioria dos doadores bilaterais, sua contribuição ao Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário representará uma parcela de sua contribuição ao Fundo Global para o Financiamento Florestal. Considerando o papel fundamental desempenhado por Pls e CTs como guardiões das florestas e da natureza na Bacia do Congo, há uma sobreposição natural entre o Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário e o Fundo para a Bacia do Congo. Dado isso, os recursos de alguns doadores bilaterais serão contabilizados simultaneamente em ambos os fundos.

Outra prioridade do Fundo é promover uma maior articulação entre seus integrantes, formando uma plataforma de excelência em práticas, prestação de contas e diálogo com Pls e CTs. Essa articulação será fundamental, considerando que muitos dos desafios descritos no [Manifesto dos Integrantes do Fundo](#) exigem a união de esforços de diversos atores. O Grupo de Fomento reúne pela primeira vez doadores privados e bilaterais que trabalham juntos para promover os direitos de posse e manejo florestal. O Grupo possibilita que integrantes com modelos de apoio e institucionais distintos busquem, juntos, novas alternativas para ampliar o apoio a organizações de Pls e CTs. O fórum também permite ao Grupo de Fomento construir um diálogo mais estruturado com líderes de Pls e CTs, como os membros da Aliança Global de Comunidades Territoriais. O objetivo desse diálogo permanente é promover a escuta e o aprendizado junto a organizações de Pls e CTs, para assim aperfeiçoar as práticas coletivas e individuais dos doadores. Reconhecemos que as mudanças resultantes dessas discussões podem não acontecer com a velocidade esperada: promover a evolução



GOVERNO DO REINO UNIDO,  
NA PRESIDÊNCIA



FORD  
FOUNDATION

FUNDAÇÃO FORD,  
NA VICE-PRESIDÊNCIA

das práticas e critérios de apoio dos integrantes do Fundo é um processo que leva tempo, assim como será necessário tempo para habilitar as organizações de Pls e CTs para acessar os recursos. No entanto, os integrantes do Fundo estão empenhados em ampliar esse diálogo com Pls e CTs de todos países detentores de florestas tropicais, a fim de buscarmos soluções práticas juntos.

Além disso, temos o prazer de anunciar três novos integrantes do Grupo de Fomento: o Wellspring Philanthropic Fund, e dois membros do “Protecting Our Planet Challenge” (Desafio Protegendo Nosso Planeta, em português) – a Fundação Bobolink e o Fundo Internacional para a Conservação do Canadá. Estes se somarão ao número crescente de doadores que trabalharão juntos para alcançar e ampliar os compromissos do Fundo nos próximos anos.

Tendo presidido o Grupo de Fomento ao Manejo Florestal em 2022, o Reino Unido transferirá a presidência à Fundação Ford em 2023, com a Noruega na vice-presidência



FOTO: JOEL REDMAN / IF NOT US THEN WHO

# 03

## Progresso de Desembolso do Fundo: Aplicação do US\$1,7 bilhão

Esta seção traz detalhes sobre os recursos desembolsados ou disponibilizados<sup>6</sup> no âmbito do Fundo no ano-calendário de 2021.

### METODOLOGIA

Para acompanhamento do avanço financeiro do Fundo, cada doador apresentou à presidência do Grupo de Fomento um balanço anual para o ano-calendário de 2021. Os doadores calcularam seus desembolsos<sup>6</sup> de acordo com seus próprios métodos contábeis. Sempre que possível, os doadores apresentaram o valor total desembolsado e seu detalhamento por região, eixo temático e modalidade de apoio. De forma compatível com as práticas contábeis da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da CQNUMC, os aportes ao fundo foram apresentados na moeda do país de cada doador e convertidos para dólares (US\$) pela taxa cambial média publicada pela OCDE.

6. Conforme observado acima, os doadores, em sua maioria, relataram os recursos "desembolsados" no período coberto pelo relatório, motivo pelo qual será utilizado o mesmo termo nesta seção. No entanto, alguns doadores relataram apenas os valores empenhados para determinado projeto no período coberto pelo relatório, de forma que os valores totais incluem tanto valores efetivamente desembolsados quanto aqueles empenhados.



FOTO: JOEL REDMAN / IF NOT US THEN WHO

O Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário é distinto porém vinculado ao [Fundo Global para o Financiamento Florestal \(GFFP\)](#) e ao Fundo para a Bacia do Congo. Cada fundo recebe aportes de doadores com características específicas: o GFFP é composto exclusivamente por doadores [bilaterais](#), enquanto o Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário e o Fundo para a Bacia do Congo integram doadores bilaterais e filantrópicos. Nos casos em que recursos aportados ao GFFP possam

também contribuir aos objetivos do Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário e/ou do Fundo para a Bacia do Congo, poderão ser contabilizados nos três fundos.

A **Tabela 1** apresenta uma decomposição dos desembolsos<sup>6</sup> por doador bilateral e privado em 2021. Os desembolsos<sup>6</sup> totais em 2021 somaram cerca de \$322 milhões, o que representa quase um quinto do valor total empenhado no primeiro dos cinco anos de vigência do fundo.

TABELA 1

**TABELA 1: 2021 DESEMBOLSOS DO FUNDO PARA O MANEJO FLORESTAL INDÍGENA E COMUNITÁRIO (US\$)**

Desembolsos <sup>6</sup> totais de doadores bilaterais <sup>7</sup>	\$179,288,205
Desembolsos totais de doadores privados	\$142,341,542
<b>Total acumulado</b>	<b>\$321,629,748</b>
Percentual do total de US\$1,7 bilhão	19%

6. Conforme observado acima, os doadores, em sua maioria, relataram os recursos “desembolsados” no período coberto pelo relatório, motivo pelo qual será utilizado o mesmo termo nesta seção. No entanto, alguns doadores relataram apenas os valores empenhados para determinado projeto no período coberto pelo relatório, de forma que os valores totais incluem tanto valores efetivamente desembolsados quanto aqueles empenhados.

7. O termo “bilateral” se refere a doadores governamentais, cujos desembolsos podem incluir recursos multilaterais em alguns casos.

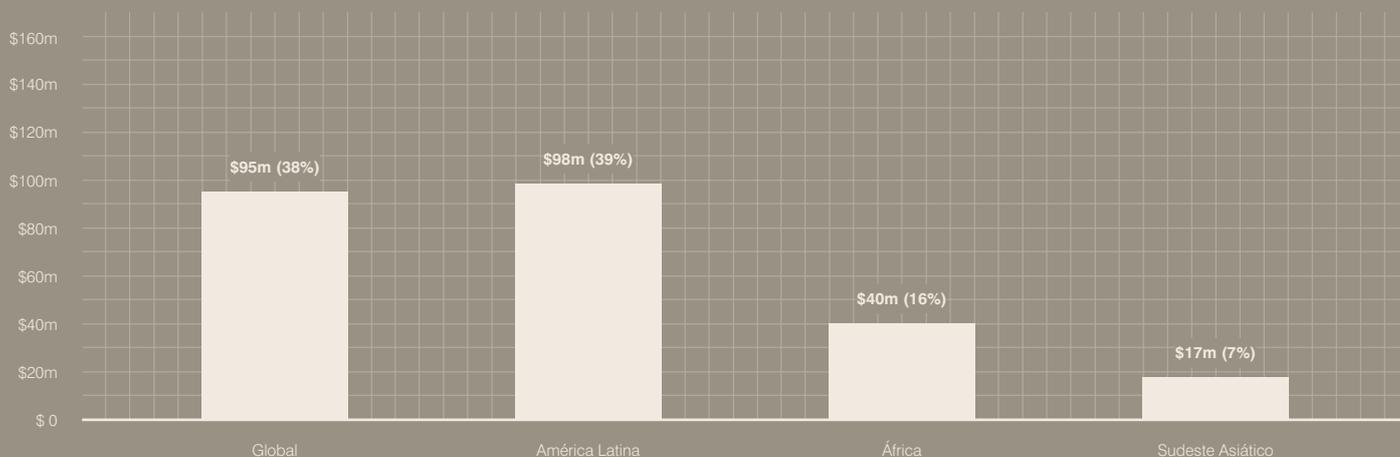
## DADOS DECOMPOSTOS

Os gráficos abaixo mostram a composição dos valores totais desembolsados ou empenhados em 2021 por região geográfica, eixo temático e modalidade de apoio<sup>8</sup>. A **Figura 1** mostra a distribuição geográfica dos desembolsos<sup>6</sup> em 2021. Os recursos destinados a projetos internacionais, sem região de atuação específica, ou a múltiplos projetos sem identificação de uma região principal de atuação, estão demonstrados na rubrica “Global”.

Também foi solicitado dos doadores o detalhamento de seus desembolsos<sup>9</sup> em cinco eixos temáticos, para um melhor entendimento da destinação dos recursos. Esses eixos correspondem, em linhas gerais, aos mesmos descritos no manifesto do Fundo. Para este ciclo de relato, foi solicitado aos doadores que classificassem cada projeto ou iniciativa apoiada em uma das categorias abaixo:

- Apoio às comunidades locais no mapeamento e titulação de seus direitos de posse e manejo e na criação ou fortalecimento das estruturas de governança associadas
- Apoio aos processos de reforma da legislação nacional sobre a posse e manejo das florestas e do solo, preservando os direitos de Pls e CTs
- Outras modalidades de apoio ao fortalecimento e capacitação de grupos ou organizações representativas dos Pls e CTs, visando a proteção de seus direitos e o manejo sustentável dos recursos naturais
- Apoio técnico a comunidades na exploração e manejo comunitário sustentável de florestas
- Outros

**FIGURA 1: REGIÃO GEOGRÁFICA, 2021 US\$**



8. Os dados decompostos não contemplam todos os desembolsos em 2021, uma vez que alguns doadores não puderam disponibilizar esse detalhamento.

9. Inclui a parcela de recursos empenhados para um projeto específico no período coberto pelo relatório.

A **Figura 2** apresenta a composição dos desembolsos<sup>9</sup> em 2021 por eixo temático. Esses eixos serão revistos pelo Grupo de Fomento após a publicação deste relatório, podendo ser ajustados em relatórios futuros.

**FIGURA 2: EIXO TEMÁTICO PRINCIPAL, 2021**



Por fim, é importante entender as modalidades adotadas pelos doadores para apoio aos Pls e CTs na defesa de seus direitos territoriais e na capacitação de suas organizações. Para isso, os doadores apresentaram a classificação de seus desembolsos<sup>10</sup> em oito modalidades, mostradas na **Figura 3**. Conforme já observado anteriormente, mais da metade dos recursos desembolsados em 2021 se destinaram a ONGs internacionais, e apenas 7% foram recebidos diretamente por Pls e CTs.

**FIGURA 3: MODALIDADE DE APOIO, 2021 USD**



10. Inclui a parcela de recursos empenhados para um projeto específico no período coberto pelo relatório.

## 04

# Fazer Diferente: Estudos de caso

Os estudos de caso a seguir exemplificam os programas e projetos apoiados pelos doadores integrantes do Fundo, com destaque para os esforços do Fundo para ampliar o aporte direto de recursos a organizações de PIs e CTs. Dentre esses esforços estão a habilitação de organizações de PIs e CTs para captarem recursos diretos, apoio a fundos locais, e criação de mecanismos mais efetivos de apoio direto aos PIs e CTs. Ressalta-se que esses estudos de caso são exemplos destacados pelos integrantes do Fundo, entre diversas outras ações de engajamento e apoio aos PIs e CTs.

Os estudos de caso abaixo são exemplos divulgados por integrantes do Protecting Our Planet (POP) Challenge, não retratando exaustivamente todos os trabalhos realizados pelas organizações-membro.

# Children's Investment Fund Foundation (CIFF)

## ESTUDOS DE CASO

Em 2021, a [CIFF](#) aportou recursos à organização repassadora [iCS \(Instituto Clima e Sociedade\)](#) para atividades relacionadas a PIs e CTs. Entre essas atividades estão a defesa dos territórios de PIs e CTs, investimento em programas de bolsas e outras atividades para capacitação de movimentos de PIs e CTs, e promoção de modelos de negócios que viabilizem o desenvolvimento sustentável de PIs e CTs na Amazônia.

A principal inovação da CIFF em 2021 foi o apoio ao desenvolvimento de **estratégias jurídicas**. Foram destinados recursos à Fundação FILE para litígios fundiários, incluindo a defesa dos direitos de PIs e CTs – principalmente no Brasil e no Peru.

Em muitos casos, adota-se nas ações judiciais uma abordagem “*top-down*” na qual, em um

primeiro momento, se trabalha com escritórios parceiros para elaborar a estratégia jurídica geral, para só então considerar as necessidades específicas dos litigantes. Percebeu-se a necessidade reverter esse processo. Era preciso promover a **capacitação das comunidades para que possam mover e conduzir suas ações judiciais por conta própria**. Com recursos da CIFF, foi criado um programa de **bolsas de estudo para advogados indígenas**, capacitando as comunidades para moverem ações conforme suas demandas. Também foi destinado apoio para a criação de uma **rede de advogados integrantes de PIs e CTs**, para coordenação, colaboração e priorização das intervenções jurídicas. Naturalmente, também foram destinados recursos para a condução dos processos propriamente ditos.

# Christensen Fund

## ESTUDOS DE CASO

O [Christensen Fund](#) destaca a realização de dois aportes no valor total de \$631.000 ao [Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario, A.C. \(IMDEC\)](#) destinados à criação e consolidação do [Fondo Defensores](#), um fundo regional (América Latina e Caribe) de defesa e apoio à proteção dos direitos de povos indígenas. O apoio tem contribuído de forma significativa para a sustentabilidade e fortalecimento dos **processos holísticos de defesa territorial**; para os defensores de direitos indígenas; e para movimentos indígenas na luta por seus direitos coletivos, territoriais, à dignidade e à autodeterminação.

O Fondo Defensores trabalha para superar os desafios enfrentados pelos povos indígenas na defesa de seus direitos e territórios no México, oferecendo suporte flexível e ágil para os defensores de territórios ameaçados ou em situação de criminalidade, além de **apoio direto a povos indígenas e comunidades tradicionais** que tenham propostas inovadoras e criativas

Com apoio do Christensen Fund, o Fondo Defensores mantém seu trabalho para garantir o acesso a recursos flexíveis e estratégicos que fortaleçam a defesa de direitos e capacitem as comunidades indígenas, além de promover a autodeterminação dos povos indígenas por meio de processos participativos de tomada de decisão.

# The David and Lucile Packard Foundation

## ESTUDOS DE CASO

O apoio da [Packard Foundation](#) ao Fundo tem como foco duas áreas de atuação. Na primeira, a Packard Foundation destinou US\$ 5 milhões à [Aliança pelo Clima e Uso do Solo](#) (Climate and Land Use Alliance – CLUA, na sigla em inglês) para a criação e consolidação de **fundos administrados localmente por PIs e CTs**. A CLUA identificou e está desenvolvendo propostas de apoio a mais de 15 fundos e organizações que **auxiliam diretamente organizações de PIs e CTs**. Alguns projetos prestam apoio a novos fundos no planejamento institucional e programático, além de assistência técnica na gestão jurídica, administrativa e financeira dos fundos. Entre os fundos indígenas e comunitários beneficiados estão o [Mesoamerican Territorial Fund](#) e o [AMAN-Walhi-KPA IPs and LCs Fund](#), na Indonésia. A CLUA também apoia **fundos locais já existentes** em seu desenvolvimento institucional, sobretudo nas áreas de gestão financeira, conformidade legal, monitoramento e avaliação, e comunicação. Entre eles estão o Fundo DEMA no Brasil, que promove a **demarcação e regularização fundiária** de terras quilombolas no Pará, e os fundos Yayasan BaKTI, Gemawan e Komunitas Konservasi Indonesia Warsi, na Indonésia, **capacitando-os para amplificar o apoio** a PIs, CTs, e ONGs locais.

No segundo eixo, a Packard Foundation destinou US\$ 2,5 milhões em recursos do Fundo para a CLUA, para repasse a projetos que atuam na interface entre os mercados de carbono e os povos indígenas e comunidades tradicionais. O principal foco desse trabalho é assessorar organizações de PIs e CTs no processo de decisão quanto à participação nos mercados de carbono, e garantir que os resultados sejam equitativos com ou sem sua participação. A CLUA também criou um **fundo de capacitação** para apoiar ações de assistência técnica, engajamento com stakeholders e capacitação, tanto para PIs e CTs quanto para órgãos da administração pública em países do sul. O objetivo do fundo é garantir que os projetos na área de mercados de carbono sejam construídos **em comum acordo quanto aos direitos e benefícios entre a administração pública e os PIs e CTs**, com pleno respeito ao devido processo, incluindo a consulta livre, prévia e informada (FPIC).

# Fundação Ford

## ESTUDOS DE CASO

Os US\$100 milhões destinados pela [Ford Foundation](#) ao Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário têm três origens: (1) seu [Social Bond](#) (Título Social, em tradução livre), que tem por objetivo apoiar a consolidação e resiliência no longo prazo do setor de justiça social diante da COVID-19; (2) expansão de seu programa [Building Institutions and Networks \(BUILD\)](#), oferecendo apoio financeiro flexível e suporte para a consolidação institucional, pelo prazo de cinco anos; e (3) seu orçamento anual para projetos na área de [Recursos Naturais e Mudanças Climáticas](#) entre outras.

Em 2021, a Fundação Ford investiu aproximadamente US\$ 50 milhões em projetos alinhados aos objetivos do Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário. Entre eles estão projetos nas áreas de:

- Apoio **à criação de novos mecanismos de financiamento** de organizações representativas de PIs e CTs, incluindo o Fundo Brasil de Direitos Humanos, Oxfam, e o Fundo Indonésio para o Meio Ambiente.
- Apoio a organizações parceiras no **fortalecimento da proteção a defensores da terra e do meio ambiente e melhoria do monitoramento e defesa territorial**.
- Capacitação de organizações representativas de PIs e CTs em suas **atividades de defesa de direitos e comunicação** nos níveis nacional e internacional, e ampliação da divulgação na imprensa da importância do reconhecimento desses direitos
- Apoio a parceiros na promoção da **participação e empoderamento de mulheres** nas decisões comunitárias sobre o manejo de recursos naturais.
- Todos os aportes da Fundação Ford alinhados aos objetivos do Fundo, feitos entre janeiro de 2021 e junho de 2022, estão listados no [site](#) da fundação.

# Alemanha

## ESTUDOS DE CASO

A Alemanha atua no apoio ao desenvolvimento de povos indígenas e de suas organizações – sobretudo na América Latina – desde a década de 1980, por meio da cooperação bilateral, regional e multilateral em setores como educação, saúde, agricultura, extrativismo e governança. O apoio financeiro e técnico a PIs e CTs e suas organizações geralmente se dá no âmbito de programas mais amplos voltados a reformas normativas.

Como exemplo recente de apoio direto a uma organização indígena, em 2021 o [Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento \(BMZ\)](#) tornou-se o primeiro doador governamental a apoiar a [Indigenous Peoples Rights International \(IPRI\)](#), primeira organização internacional de *advocacy* liderada por indígenas. Além de apoio financeiro, a Alemanha também atua no apoio estratégico (como integrante do Grupo Consultivo Internacional da IPRI) e político (através da participação em eventos paralelos promovidos pela IPRI em conferências internacionais).

A IPRI foi fundada em 2020 por iniciativa do Relator Especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, com o objetivo de **tratar da criminalização e da impunidade por violações dos direitos humanos** de povos indígenas. A Alemanha apoiou a **capacitação** da IPRI nas áreas de segurança digital, gerenciamento de bancos de dados e administração de recursos doados. O apoio da Alemanha à IPRI contribuiu para a habilitação de organizações indígenas nacionais, **ajudando-os a cumprir os requisitos financeiros e de elegibilidade para doações diretas.**

# Good Energies Foundation

## ESTUDOS DE CASO

A [Good Energies](#) apoia a **geração de renda** para povos indígenas em áreas florestais no Brasil. Com apoio do [Instituto Socioambiental](#), foi formada uma rede de coletores de sementes que reúne comunidades tradicionais e indígenas na coleta e comercialização de sementes de espécies nativas para projetos de reflorestamento em larga escala nos biomas da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Numa prática inspirada por conhecimentos indígenas, é preparada uma “muvuca” – mistura de sementes de espécies nativas – preparada especificamente para cada local de restauração, que reflete o solo e a clima locais e as prioridades dos proprietários das terras. A [Rede de Sementes do Xingu](#) em Mato Grosso, é formada por mais de 560 coletores, que juntos somam 25 grupos de coleta, espalhados por três Territórios Indígenas, 21 municípios, e 16 assentamentos da agricultura familiar. Dessa força de trabalho, 65% é formada por mulheres. Ao longo da sua história, a Rede de Sementes do

Xingu já coletou mais de 220 espécies diferentes de sementes, gerando uma renda de mais de US\$700,000, **empoderando financeiramente as mulheres indígenas** na região. Juntos, os grupos da rede comercializaram mais de 294 toneladas de muvuca, que foram semeadas diretamente no solo, fazendo crescer cerca de 25 milhões de árvores em 7.400 hectares de áreas previamente degradadas — áreas que hoje são florestas. Em agosto de 2022, a Rede de Sementes do Xingu foi selecionada entre os 10 vencedores do [Prêmio Equador 2022](#), que destaca soluções desenvolvidas por comunidades indígenas e tradicionais para as pessoas e o planeta.

# Países Baixos

## ESTUDOS DE CASO

Em 2021, no âmbito de sua política internacional sobre florestas, os [Países Baixos](#) destinaram € 10.427.690 para ações de **fortalecimento e capacitação de grupos representativos de PIs e CTs** para defesa de seus direitos e gestão sustentável de recursos naturais.

Entre as atividades apoiadas pelos Países Baixos, destaca-se o programa Forest for a Just Future da [Green Livelihoods Alliance \(GLA\)](#), que visa fortalecer a governança de PIs e CTs de áreas florestais mais amplas. Por exemplo, por meio do programa Social Forestry na Indonésia, a GLA apoia comunidades na **defesa de seus direitos** de posse e manejo sustentável das florestas. Por meio da organização parceira Warsi, na Indonésia, as comunidades locais do país recebem apoio no licenciamento e uso do solo de forma a preservar as florestas e proporcionar nelas uma fonte de renda para as comunidades.

Também no âmbito do programa Forest for a Just Future, os Países Baixos fomentam o desenvolvimento do Instituto de Desenvolvimento Sustentável (SDI), na Libéria, que apoia a comunidade Manoah na defesa e fortalecimento de seus direitos consuetudinários de posse de terras e de seus recursos naturais, **demarcando suas áreas de posse consuetudinária**. Este processo é conduzido maioritariamente pelos próprios membros da comunidade com apoio de mobilizadores comunitários selecionados, recrutados e treinados pelo SDI.

# Noruega

## ESTUDOS DE CASO

O aporte de [US\$ 150 milhões]<sup>11</sup> da [Noruega](#) representa um aumento de 50% em relação aos US\$ 100 milhões empenhados para apoio a Pls e CTs no período de 2016-20. O apoio do país se dá por meio de quatro principais canais:

- o Programa de Apoio à Sociedade Civil (2021-25) da Iniciativa Internacional Norueguesa para o Clima e Florestas, que tem categoria voltada aos direitos de Pls e CTs em países detentores de florestas tropicais. Nessa categoria foram oferecidos auxílios com duração de cinco anos para a Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago (AMAN), Instituto Samdhana e a Comissão Pró-Índio do Acre. Para maiores informações, acesse o [site](#) da iniciativa.
- o [Programa Povos Indígenas \(PPI\) no Brasil](#) que há 39 anos trabalha para apoiar e capacitar organizações indígenas no país na defesa de seus direitos territoriais. A Noruega tem ampliado seu **apoio direto** a organizações indígenas e adota uma estratégia específica para desenvolver e implementar **mecanismos regionais de financiamento, administrados por e em benefício dos povos indígenas**. Entre as formas de apoio está o aporte de capital inicial para fundos indígenas, como o Fundo Podáali e o [Fundo Rio Negro](#).
- rubricas orçamentárias específicas em programas bilaterais com países detentores de florestas tropicais, como [Colômbia](#), [Peru](#), e [Equador](#).
- plataformas e iniciativas internacionais de advocacy para [defesa dos direitos de posse e manejo](#) e fortalecimento da participação indígena em processos internacionais onde suas contribuições para combate à crise climática e ambiental ganham destaque, como a [Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas](#) da CQNUMC. Outra prioridade é a publicação dos resultados dos esforços da Noruega por meio de [pesquisas comparativas globais](#).

O suporte de longo prazo, a previsibilidade e a inovação são princípios norteadores das iniciativas de apoio do país. A Noruega valoriza o papel dos Pls e CTs como guardiões das florestas em seu diálogo político com os países detentores de florestas tropicais, junto aos bancos multilaterais de desenvolvimento e em sua atuação como um dos principais agentes de financiamento baseado em resultados do programa de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal em Países em Desenvolvimento (REDD+).

11. Pela taxa USD-NOK vigente na data de constituição do fundo.



# Oak Foundation

## ESTUDOS DE CASO

A [Oak Foundation](#) aportou US\$ 5 milhões ao [International Land and Forest Tenure Facility](#) (Tenure Facility) para apoio à defesa dos direitos de posse e governança territorial de povos indígenas na região amazônica, especificamente nos Brasil, Peru, Bolívia e Equador, e para o fortalecimento de sua capacidade organizacional para atender à demanda. O Tenure Facility é o primeiro e único mecanismo financeiro internacional voltado exclusivamente à construção de parcerias com PIs e CTs para defesa de seus direitos territoriais e florestais.

O Tenure Facility será responsável por realizar consultas extensas e formais com povos indígenas e agentes do poder público, buscando identificar mecanismos para fortalecer a segurança da posse da terra em áreas comunais, além de criar sistemas de co-gestão ou celebrar acordos de manejo florestal comunitário.

Até julho de 2026, tanto as organizações indígenas e tradicionais participantes quanto o Tenure Facility terão a estrutura organizacional para apoiar um portfólio nacional e internacional de projetos e parceiros nas áreas de governança/manejo da terra, contemplando pelo menos 10 PIs, CTs, e organizações de afrodescendentes/quilombolas na Amazônia.

# Sobrato

## ESTUDOS DE CASO

Em 2021, a [Sobrato Philanthropies](#) passou a apoiar o [Tenure Facility](#) e seu mecanismo financeiro internacional inédito para apoio a Pls e CTs na garantia de seus direitos sobre as florestas e a terra. Ao longo de sua vigência de dois anos, o Tenure Facility atuará em parceria com seis alianças rurais nacionais ou subnacionais representativas de povos indígenas ou comunidades quilombolas. Entre elas está a Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago Indonésio (AMAN), a Agência de Titulação de Terras em Territórios Indígenas (BRWA) e o Papua NGO Cooperation Forum (FOKER), na Indonésia; o Processo de Comunidades Negras e a Comissão Nacional de Territórios Indígenas (CNTI), na Colômbia; e uma aliança indígena na Amazônia peruana. Esses grupos representam milhares de comunidades, responsáveis pelo manejo de milhões de hectares de florestas tropicais biodiversas e ricas em carbono na Amazônia, a região do Chocó, Papua e outras regiões.

Dentre as atividades apoiadas está o **mapeamento participativo**, a elaboração de **pedidos de demarcação de terras comunais**, “projetos de vida”, planos de gestão e suporte a agências governamentais na tramitação desses pedidos, e elaboração de normas associadas. Na Colômbia, trabalha-se principalmente com a Agência Nacional de Terras (ANT) e, na Indonésia e no Peru, com os governos provinciais e/ou distritais. Os projetos também apoiam autoridades tradicionais, grupos de mulheres e o engajamento de jovens, bem como programas de capacitação e intercâmbio para aperfeiçoar os **conhecimentos técnicos, financeiros e administrativos** dos parceiros.

# Reino Unido

## ESTUDOS DE CASO

Por meio do programa [Territorios Forestales Sostenibles \(TEFOS\)](#) na Colômbia, o Reino Unido apoia o desenvolvimento de um **regime atualizado de titulação de terras** para Pls e CTs nas principais fronteiras de desmatamento, abrangendo uma área de 20 milhões de hectares (97% dessas terras pertencem legalmente a Pls). O Reino Unido também foi o primeiro doador na Colômbia a participar e financiar um processo de consentimento prévio entre as principais organizações indígenas e o governo da Colômbia, com adoção de **um marco regulatório que confere aos Pls proteções legais e maior protagonismo** no processo de demarcação das terras.

O programa [Forest Governance, Markets and Climate \(FGMC\)](#) visa promover reformas de governança e de mercado que reduzam a exploração ilegal de recursos florestais e beneficiem pessoas e comunidades que dependem das florestas para sua subsistência. Por meio do programa, o Reino Unido apoia **a melhoria de renda por meio de empreendimentos florestais comunitários** na Indonésia. O [Multi-Stakeholder Forestry Programme Phase 4 \(MFP4\)](#) busca aumentar o valor econômico gerado pelas comunidades pelo manejo de florestas em pé. Para isso, o MFP4 atua para impulsionar negócios e o comércio em comunidades florestais cujos produtos e serviços

contribuem para manter as florestas em pé. São adotados modelos de negócios ambientalmente regenerativos e socialmente inclusivos para garantir o manejo sustentável das florestas e gerar renda para as comunidades que vivem em seu entorno. O programa também apoia **empresas comunitárias** na produção de diversos produtos florestais extrativos, como bambu, madeira certificada e coleta e beneficiamento de alimentos silvestres, óleos essenciais e especiarias. O modelo de atuação trabalha com *“market access players”* – empresas com redes de distribuição já consolidadas para o escoamento de produtos florestais diretamente a mercados *premium*, contornando os diversos “atravessadores” atuantes nas cadeias tradicionais. Já são cerca de 2.000 beneficiados em sete localidades, totalizando uma área de 56.000 hectares de florestas (dos quais cerca de 17.000 hectares são florestas primárias). Em algumas localidades, o aumento médio da renda familiar superou 50%.

Por meio do programa FGMC, o Reino Unido também tem apoiado o trabalho da Client Earth na Libéria desde a adoção da Lei de Direitos Comunitários em 2009. A norma trouxe novas oportunidades para comunidades rurais dependentes das florestas, garantindo seus direitos de manejo e usufruto das áreas florestais em seu entorno. A [ClientEarth](#) trabalha para aprimorar a legislação florestal e sua implementação, inclusive por meio da **capacitação jurídica de comunidades**

**florestais locais** e ONGs em áreas como direitos à terra, participação efetiva no processo de Acordo de Parceria Voluntária, conversão florestal, contratos, acordos sociais, repartição de benefícios, fiscalização e licenciamento madeireiro. O maior entendimento do processo e das questões jurídicas torna mais efetiva a participação das comunidades, resultando em **reformas mais participativas** (como amplo reconhecimento dos direitos das mulheres nas comunidades).

---

FOTO: JOEL REDMAN / IF NOT US THEN WHO



# Estados Unidos

## ESTUDOS DE CASO

### **Amazon Indigenous Rights and Resources (AIRR)**

A [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional](#) (United States Agency for International Development – USAID) apoia o [AIRR](#), programa que busca contribuir para a conservação da biodiversidade na Amazônia por meio da capacitação dos povos indígenas (PIs) para que possam melhor exercer e incorporar seus direitos nas agendas de desenvolvimento dos setores público e privado. O projeto trabalha em parceria com a Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) e com as federações indígenas nacionais do Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname. Conheça algumas realizações do projeto a seguir:

O projeto tem por objetivo promover e defender os direitos territoriais indígenas. Desde sua criação, o projeto já capacitou 256 integrantes de 13 organizações indígenas nas áreas de liderança, *advocacy*, negociação e diálogo na defesa de seus direitos. Além disso, o projeto capacita os participantes para o monitoramento do desmatamento e outros crimes ambientais em seus territórios. O programa AIRR já garantiu o manejo sustentável de 1.473.149 hectares de áreas com grande riqueza biológica, por meio da participação de PIs em processos de planejamento territorial, boas práticas de

gestão territorial e empreendimentos indígenas que adotam elevados padrões ambientais e sociais. Na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados, no Brasil, o AIRR ofereceu capacitação em monitoramento com auxílio de tecnologias avançadas. Com isso, o monitoramento passou a ser mais assertivo, aumentando a segurança dos PIs e de seus territórios. Em outro exemplo, na Colômbia, a [Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana](#) (OPIAC) participou das sessões da Mesa Redonda sobre Amazônia, um espaço consultivo para apresentar propostas a órgãos governamentais, contribuindo para formulação, adoção e implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para PIs.

### **Papua New Guinea (PNG) Biodiversity Project Lukautim Graun Programme (LGP)**

O programa [LGP](#) apoia os governos nacionais e municipais e as comunidades no planejamento participativo do uso do solo, sobretudo na demarcação e manejo de áreas de conservação visando a preservação de sua biodiversidade e de seus serviços ecossistêmicos. O LGP trabalha com organizações locais da sociedade civil, organizações comunitárias do setor privado e clãs tribais. O Projeto de Conservação do Canguru-Arborícola, parceiro local do LGP, assessorou os agricultores tradicionais e o governo local

na revisão de seus planos de uso do solo, subsidiando a redemarcação paisagística da área de conservação YUS. A redemarcação expandiu a área sob manejo em 83.941 hectares, para um total de 162.683 hectares. Outro parceiro, a Wildlife Conservation Society (WCS), prestou consultoria para a assinatura do primeiro Termo de Conservação para áreas de serra, incorporando 4.070 hectares de florestas tropicais serranas em uma nova área de conservação e manejo comunitário da biodiversidade. A WCS trabalha com oito clãs tribais, reunindo mais de 1.000 tribos em terras comunais. Em nível comunitário, a WCS apoiou a manutenção de viveiros comunitários em três locais na província de Eastern Highlands, expandindo a capacidade de produção de 7.000 para 10.000 mudas de árvores nativas por ano. Esses viveiros produzem mudas para reflorestamento no âmbito do programa “Ten Million Trees in Ten Years” (Dez Milhões

de Árvores em Dez Anos), do Ministro do Meio Ambiente, Conservação e Mudanças Climáticas. A distribuição das mudas também representa uma oportunidade para promover a conscientização sobre a importância da cobertura florestal, tanto no combate à crise climática quanto em sua função de habitat para a biodiversidade. Entre outras ações, o LGP também atua na capacitação de PIs e CTs e instituições nacionais para garantir a boa condução dos esforços de conservação ambiental e de desenvolvimento econômico em Papua-Nova Guiné. Em 2021, apoiou a revisão de diversas políticas, incluindo acordos ambientais multilaterais; a elaboração da Política de Compensação de Biodiversidade; a adoção e ratificação do Protocolo de Nagoya; a disseminação do Plano de Implementação da Política de Áreas Protegidas nas províncias contempladas pelo LGP; e a formulação de normas sobre áreas de conservação.

FOTO: JOEL REDMAN / IF NOT US THEN WHO



# Wellspring Philanthropic Fund

## ESTUDOS DE CASO

Em 2021, o Programa de Direitos das Mulheres (Women's Rights Programme – WRP) do [Wellspring Philanthropic Fund](#) manteve seu apoio aos direitos das mulheres indígenas e pastoris sobre recursos naturais na África Oriental e na América Latina, com foco em três eixos prioritários: promoção dos direitos individuais e coletivos das mulheres indígenas e pastoris ao acesso, uso e controle da terra e das florestas; transferência do poder de governança da terra no nível comunitário; e apoio à sua participação e representação nas diversas esferas de tomada de decisão sobre a sustentabilidade da terra, o clima e os recursos naturais. O programa apoia organizações e redes que promovem o **empoderamento legal** das comunidades indígenas e locais, **garantindo o seu acesso e controle da terra** e a participação efetiva nos espaços de tomada de decisão. As organizações que apoia contribuem para a adoção de marcos normativos sobre o uso da terra e o clima, inclusive normas estatutárias e consuetudinárias em diversos países africanos. Por exemplo, graças aos esforços de uma rede de empoderamento legal e de seus membros, foram adotadas leis inovadoras sobre clima e meio ambiente em Serra Leoa (a Lei de Direitos Consuetudinários sobre a Terra e a Lei da Comissão Nacional Fundiária), fortalecendo a proteção dos direitos das comunidades sobre a terra e o meio ambiente naquele país. A nova legislação se tornou referência mundial em sustentabilidade. Entre

outras disposições, a lei prevê que os **comitês locais de manejo comunitário da terra tenham composição pelo menos 30% feminina.**

**O apoio a organizações comandadas por mulheres indígenas** é elemento central da abordagem do WRP, que contribui para o compromisso do Fundo de canalizar recursos diretamente aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Em 2021, foram apoiadas organizações pastoris Maasai chefiadas por mulheres no norte da Tanzânia, capacitando-as para atividades de gestão, tomada de decisão e reivindicação de direitos sobre recursos naturais. Por meio de mentoria, capacitação e treinamento de lideranças, este trabalho contribuiu para **ampliar a participação e representação de mulheres pastoris Maasai na liderança e na tomada de decisões** sobre a governança da terra, além de proteger os direitos das comunidades Maasai em iniciativas de conservação. No Quênia, uma organização indígena chefiada por mulheres trabalha para ampliar a participação e a representação de mulheres e meninas pastoris nos processos de governança em quatro condados, contribuindo para garantir os direitos de posse de terras comunitárias não cadastradas, e promovendo mecanismos liderados pelos próprios povos indígenas para **combater os impactos das mudanças climáticas nas mulheres e suas comunidades.**

# The William and Flora Hewlett Foundation

## ESTUDOS DE CASO

A [Hewlett Foundation](#) destinou US\$ 5 milhões, no âmbito do Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário, para apoio a agendas territoriais de organizações representativas de PIs e CTs, bem como para prevenir ameaças às suas terras, direitos ou governança no contexto dos mercados de carbono. Entre as ações apoiadas está uma iniciativa da Rainforest Foundation – US (RFUS), que assessora organizações representativas de PIs e CTs, capacitando-as para atender aos mercados de carbono e para garantir

resultados mais equitativos no desenvolvimento e implementação de políticas de mercado. Além disso, a Hewlett contribui para o fundo de capacitação criado pela [Aliança pelo Clima e Uso do Solo](#) (CLUA), com o patrocínio fiscal de [Re:Wild](#) que visa garantir que programas voltados aos mercados de carbono sejam construídos em **comum acordo quanto à repartição de direitos e benefícios entre a administração pública e os PIs e CTs.**

# The Gordon and Betty Moore Foundation

[INTEGRANTE DO DESAFIO PROTEGENDO NOSSO PLANETA]  
ESTUDOS DE CASO

Em 2021 a [Gordon and Betty Moore Foundation](#) concedeu apoio financeiro à [Rights and Resources Initiative](#) (RRI) para um estudo destinado a analisar a situação e identificar oportunidades da conservação baseada em direitos nas regiões amazônicas da Colômbia e do Peru. O apoio financiou um estudo de mapeamento espacial dos regimes de posse da terra, reivindicações de demarcação de Pls e CTs, e sobreposições entre áreas com demarcação reivindicada e áreas de conservação existentes. Além disso, a RRI e seus parceiros traçaram recomendações e possíveis roteiros para promover a conservação baseada em direitos na região. A RRI e seus parceiros em cada país trabalham para difundir conhecimentos por meio de relatórios, palestras e outros fóruns, como parte de seus esforços para promover reformas na governança florestal e fundiária de Pls e CTs.

A Gordon and Betty Moore Foundation também apoia a [Iniciativa Andes-Amazônia](#). Previamente ao lançamento do Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário, a Iniciativa contratou um estudo externo e realizou pesquisas e consultas sobre áreas prioritárias para uma possível próxima fase dos trabalhos na Amazônia. Em fevereiro de 2022, a Iniciativa Andes-Amazônia foi renovada por mais 10 anos, tendo como objetivo maior manter pelo menos 70% da cobertura florestal original na bacia amazônica (na comparação

com 2000), evitando que o desmatamento desse ecossistema crítico atinja um ponto sem volta. A Iniciativa Andes-Amazônia optou por priorizar investimentos no manejo sustentável de terras indígenas e outros regimes coletivos de posse da terra, fundamentais para a conservação da Amazônia. Essa nova orientação estratégica tem por finalidade garantir a segurança da posse, o manejo sustentável e a governança das terras de Pls e CTs, sendo adotada a meta ambiciosa de promover o manejo sustentável de 50 milhões de hectares adicionais de terras de Pls e CTs na bacia amazônica. A nova estratégia foi desenvolvida antes do lançamento do Fundo, que acabou reforçando o apoio da fundação para a próxima fase de trabalhos da Iniciativa Andes-Amazônia.

# Fundo Internacional para a Conservação do Canadá (ICFC)

[INTEGRANTE DO DESAFIO PROTEGENDO NOSSO PLANETA]  
ESTUDOS DE CASO

Por meio da Strong Roots, o ICFC apoia o estabelecimento de **florestas de manejo comunitário ou Concessões Florestais** para Comunidades Locais (CFCLs) na área entre o Parque Nacional de Kahuzi-Biega e a Reserva Natural de Itombwe em Kivu do Sul, na República Democrática do Congo. Esta é a primeira fase de uma iniciativa de longo prazo para criar um corredor ecológico de cobertura florestal com cerca de 6.000 Km<sup>2</sup> de extensão, ligando a Reserva Natural de Itombwe ao Parque Nacional de Kahuzi-Biega. O corredor será fundamental para evitar extinção de populações isoladas de gorilas-de-grauer (*Gorilla beringei graueri*) e outros táxons na região.

O projeto visa empoderar as comunidades participantes para o **manejo e proteção de suas terras tradicionais**, contribuindo para conservar habitats vitais para a sobrevivência do carismático gorila-de-grauer e outras espécies ameaçadas. Desde a coleta de dados até a implementação dos planos de conservação, o projeto busca dotar a população das habilidades necessárias para **monitorar o uso dos recursos florestais** e garantir o manejo sustentável e a conservação das CFCLs. Além disso, o projeto contribui para a criação de **meios de subsistência sustentáveis** nas comunidades, reduzindo as pressões da caça ilegal na área.

A maioria dos integrantes do projeto são oriundos das comunidades locais, de tribos Bantu. Há também povos indígenas (pigmeus) em Kitamba (Basile), Cirere (Burhinyi) e em Kigogo e Irangi (Lwindi). O **Consentimento Livre, Prévio e Informado** é garantido por meio de uma série de consultas iterativas à população das 26 aldeias inseridas nos limites do corredor.

# Nia Tero

[INTEGRANTE DO DESAFIO PROTEGENDO NOSSO PLANETA]  
ESTUDOS DE CASO

A **Nia Tero** trabalha em parceria com os povos indígenas para preservar seus territórios e culturas e fortalecer o cuidado da terra e de todos os seres que nela habitam. A organização apoia os esforços dos povos indígenas para promover a autogovernança, afastar ameaças ao território, garantir a continuidade cultural, influenciar políticas nacionais e internacionais, e usar da tradição oral para ampliar as vozes indígenas. Em 2021, a Nia Tero aportou US\$ 13,7 milhões diretamente aos povos indígenas e seus aliados, entre eles os destacados abaixo.

## Amazonia

Entre as entidades apoiadas está a Associação de Líderes de Aldeias Indígenas do Suriname (VIDS) e a Mulokot Foundation. Ao longo dos últimos 20 anos, a VIDS trabalha para garantir o reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas. Para isso, promoveu a **demarcação de terras indígenas e moveu uma ação judicial bem-sucedida** perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, que em 2015 culminou em decisão favorável aos povos de Kaliña e Lokono face ao governo de Suriname. A decisão reconheceu o direito de propriedade coletiva e sua tutela judicial, embora ainda esteja em fase de execução. Em 2019, após insistentes apelos da VIDS, o primeiro Projeto de Lei dos Direitos Coletivos dos Povos Indígenas e Tribais foi submetido à apreciação da Assembleia Nacional. Em 2021, foi apresentada uma versão atualizada do projeto. Desde sua proposição,

inclusive ao longo de 2022, a VIDS acompanha de perto a tramitação do projeto, que ainda não foi aprovado. A VIDS também participa das reuniões da Convenção da Diversidade Biológica, recomendando o uso de novas ferramentas para demonstrar que o reconhecimento das terras indígenas contribui para alcançar os compromissos globais de biodiversidade.

## Pasifika

Em meio a ameaças constantes, as Ilhas Salomão se tornaram referência mundial em conservação e manejo indígena de florestas. Naquele país foi estabelecido um território indígena coletivo soberano, que se estende dos recifes no litoral até uma área de serra a 2.000 metros de altitude. As comunidades indígenas que vivem nessas florestas serranas são as últimas guardiãs desses lugares sagrados. Em 2018 o governo das Ilhas Salomão assinou o Sky Islands Pledge, termo de compromisso que prevê a proteção de todas as áreas terrestres acima de 400 metros de altitude contra a exploração madeireira e mineral, bem como a criação de um mecanismo permanente de tutela consuetudinária, entre outras medidas. Em 2021, a Nia Tero apoiou a expansão do compromisso para Vanuatu e as florestas sagradas de Kauri, na região do Monte Panie em Kanaky (Nova Caledônia). A organização continuará a apoiar a implementação do termo de compromisso nos Territórios de Malaita, Kolombangara, Guadalcanal e Taumako, que servirão como âncoras na replicação do modelo para além das Ilhas Salomão.

# Rainforest Trust

[INTEGRANTE DO DESAFIO PROTEGENDO NOSSO PLANETA]  
ESTUDOS DE CASO

Atendendo aos compromissos do Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário, o Rainforest Trust Pledge realizou pela primeira vez o aporte direto de recursos a uma organização indígena como parceira de implementação em um projeto conjunto. A Resguardo Kogui Malayo Arhuaco, organização indígena sem fins lucrativos na Colômbia, designará 425.154 hectares de terras indígenas como área de expansão do Parque Nacional Sierra Nevada de Santa Marta. A área terá o mais alto grau de proteção ambiental previsto na Colômbia e será patrulhada e fiscalizada pelos povos Kogui, Malayo e Arhuaco, em parceria com o órgão responsável pelos parques nacionais do país. Um dos objetivos deste trabalho é coibir a mineração industrial nessas terras.

A expansão do Parque Nacional Sierra Nevada de Santa Marta integra uma estratégia conduzida pelos povos indígenas para **recuperar e preservar os territórios ancestrais e locais sagrados** na Serra Nevada de Santa Marta, em uma área batizada de “La Línea Negra”. Nessa área serão permitidos somente usos sustentáveis e ancestrais da terra por povos indígenas, juntamente com **atividades de manejo responsável**. Os funcionários indígenas do parque nacional serão responsáveis pela fiscalização e manejo de espécies – empoderando a atuação dos povos indígenas em suas terras ancestrais e criando **um novo modelo de parceria entre eles e a administração pública**.

# Re:wild

[INTEGRANTE DO DESAFIO PROTEGENDO NOSSO PLANETA]  
ESTUDOS DE CASO

Em 2021, a **Re:wild** destinou apoio a ONGs indígenas, ONGs parceiras mediante solicitação de PIs e CTs, e financiamento direto a territórios e comunidades. A Re:wild adota um modelo de apoio flexível e um processo ágil de concessão de recursos que possibilita a aprovação de centenas de projetos todos os anos, conduzidos pelos mais diversos parceiros. Entre os destinos dos recursos estão: a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), no Brasil, que recebeu uma doação plurianual para apoio jurídico e outras finalidades; a **Geoversity Foundation, a Amazon Conservation Team e a Amazon Frontlines/ the Ceibo Alliance, para titulação em terras indígenas no Panamá, Colômbia e Equador**; o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), a ICV e Saúde e Alegria, para projetos no arco do desmatamento na Amazônia brasileira, ajudando PIs e CTs a combater os fatores de desmatamento e a diversificar os meios de renda; além de diversos projetos comunitários de tamanho menor. A Re:wild também concede **apoio direto para comunidades** indígenas, assim como apoio indireto por meio de intermediários de confiança na Mesoamérica. Os recursos se destinam ao desenvolvimento e implementação de programas de guardas florestais indígenas para **fiscalização e vigilância** em terras ancestrais, e para apoio ao planejamento estratégico das comunidades.

O modelo da Re:wild permite contemplar as necessidades dos PIs e CTs e suas diversas visões sobre o tema de conservação. Por exemplo, em 2021 a Re:wild apoiou **ações de resgate cultural e linguística** nos territórios Rama-Kriol na Nicarágua. Diante da ameaça da invasão de terras à coesão social nos territórios, o povo Rama tem priorizado projetos que garantam o contato de seus filhos com a língua e a cultura Rama desde a primeira infância, contribuindo para a autonomia e manejo sustentável de suas terras ancestrais.

Em 2022, a Re:wild continuará a ampliar seu apoio a PIs e CTs. Será dada continuidade aos aportes descritos acima, com aumento do apoio direto às organizações de PIs. Também será lançado um fundo de capacitação das órgãos de administração pública em parceria com a Aliança pelo Clima e Uso do Solo (CLUA), a Hewlett Foundation e a Packard Foundation (descrito anteriormente neste documento), como mecanismo oficial de apoio indireto a PIs e CTs em projetos de participação nos mercados de carbono. O apoio do fundo será destinado a garantir que as iniciativas dessas órgãos nos mercados de carbono sigam rigorosas salvaguardas sociais e ambientais, respeitem os direitos de PIs e CTs e adotem mecanismos justos para a repartição dos benefícios.

# 05

## Mensagens dos Doadores sobre Progressos e Desafios

As mensagens a seguir dos integrantes do Fundo trazem um balanço da evolução inicial na implementação dos compromissos do Fundo em suas organizações. Também destacam a importância das ambições do Fundo para suas respectivas organizações, a influência do Fundo em seus trabalhos e atividades, e os principais desafios e aprendizados.

# Children's Investment Fund Foundation (CIFF)

## MENSAGENS DOS DOADORES

Os compromissos adotados pelo Fundo levaram o [CIFF](#) a pensar de forma mais holística sobre as possíveis formas de apoio aos PIs e CTs. Historicamente, temos focado em iniciativas de desenvolvimento e implementação de sistemas de governança para fortalecer e proteger os direitos de PIs e CTs. Agora, passamos a complementar essas iniciativas com investimentos em estratégias jurídicas. Trata-se de uma abordagem inédita para nós, e estamos ansiosos para avaliar seu impacto, trazendo aprendizados e melhoria contínua. Em países com um judiciário forte e independente, essa atuação pode levar a mudanças sistêmicas, além de empoderar as comunidades locais para defenderem seus direitos por essa via. Entre nossos planos futuros está o apoio a PIs e CTs no desenvolvimento de mercados de carbono, que estão em franca

expansão mas muitas vezes ignoram as vozes das comunidades mais afetadas por eles.

Um dos principais desafios que enfrentamos é o apoio direto aos PIs e CTs. Por sermos uma organização de grande porte, a tendência é atuarmos por meio de intermediários. Essa forma de atuar permite que aqueles mais próximos da ponta tomem as decisões importantes de priorização estratégica, as quais não temos condições de tomar. Outro desafio é entender em quais áreas o nosso apoio aos PIs e CTs será mais benéfico e necessário. O processo do Grupo de Fomento ajudará nesse sentido: ao mapear as lacunas existentes, teremos uma melhor percepção das áreas em que podemos agregar mais valor.

# Christensen Fund

## MENSAGENS DOS DOADORES

O [Christensen Fund](#) aderiu ao Fundo por reconhecer a importância dos direitos e da autodeterminação dos povos indígenas no âmbito dos compromissos de financiamento climático. Com sua participação no Fundo, o Christensen Fund reforça seu empenho em:

- 1.** Cumprir a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) em todas as suas ações.
- 2.** Praticar a transparência em relação aos seus apoios, de acordo com os compromissos do Fundo.
- 3.** Garantir a prestação de contas com informes periódicos sobre a destinação de recursos e atividades conjuntas com outros integrantes do Fundo, bem como o incentivo à participação dos povos indígenas ao longo dos cinco anos de vigência do Fundo.

No intuito de respeitar a autodeterminação e os direitos dos povos indígenas, conforme previstos no UNDRIP, o Christensen Fund passou a oferecer apoio direto a organizações e parceiros comunitários cujo trabalho e modos de vida contribuem para preservar e proteger as florestas tropicais. Acesse [aqui](#), uma lista das organizações apoiadas, das quais 77% são organizações lideradas por indígenas e 70% são apoios irrestritas. 100% do suporte organizacional prestado pelo Fundo Christensen tem como beneficiários os povos indígenas.

# The David and Lucile Packard Foundation

## MENSAGENS DOS DOADORES

Nos últimos cinco anos, a [Packard Foundation](#) apoiou diversas organizações representativas de PIs e CTs, tanto diretamente quanto por meio da Aliança pelo Clima e Uso do Solo (CLUA). No futuro, a Fundação planeja ampliar o apoio direto a organizações representativas de PIs e CTs nos países do sul. Entre as iniciativas, será apoiada a criação e consolidação de fundos administrados localmente por PIs e CTs, a capacitação de organizações nos países do sul, e a manutenção de espaços para a sociedade civil. A Fundação também é co-fundadora da “Forest for People and Climate Initiative”, que reúne doadores,

ONGs e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em torno de objetivos, focos, conhecimentos e esforços conjuntos para interromper e reverter o desmatamento tropical e promover o desenvolvimento sustentável e a transformação rural inclusiva. A iniciativa pretende mobilizar um volume significativamente maior de recursos filantrópicos para este trabalho, mas para cumprir seu objetivo, uma parcela maior desses recursos deve se destinar diretamente a organizações em países detentores de florestas tropicais, inclusive organizações representativas de PIs e CTs.

# Fundação Ford

## MENSAGENS DOS DOADORES

Para a [Fundação Ford](#), o Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário é relevante não apenas pelo seu compromisso de ampliar o apoio aos direitos de posse e manejo florestal dos Pls e CTs, mas também pela oportunidade de repensar as formas de parceria entre doadores e Pls e CTs para promover o reconhecimento de direitos, a posse e manejo florestal e a mitigação das mudanças climáticas. Como parte desta jornada, a Fundação Ford:

- Se comprometeu em publicar boletins anuais em seu site, detalhando seus avanços nos compromissos do Fundo, incluindo uma relação de apoios alinhados com as metas do Fundo no ano. O primeiro boletim foi publicado no site da Fundação em setembro de 2022.
- Se juntou com outros doadores para apoiar: (1) um estudo, realizado pela Indufor, de alternativas de apoio existentes para Pls e CTs; e (2) um processo de engajamento com povos indígenas, conduzido pela [Charapa Consult](#), para identificar princípios, normas e mecanismos de apoio aos direitos de posse e manejo florestal, e captar as expectativas dos povos para o Fundo.
- Criou grupos de trabalho internos sobre “terra, território e autonomia” e “fundos de administração local”, permitindo compartilhar aprendizados entre os membros da equipe do programa, aprender

junto aos nossos parceiros e sermos mais coerentes e assertivos em nossos apoios.

- Criou uma parceria com a [Aliança pelo Clima e Uso do Solo](#) (CLUA), a Climate Leadership Initiative e a Forests for Peoples and Climate Initiative para incentivar outros doadores climáticos a incluir ações de reconhecimento dos direitos de Pls e CTs e de tutela florestal em seus portfólios.
- Promoveu discussões com Pls e CTs para melhor atender às suas necessidades.
- Ofereceu-se para presidir o Grupo de Fomento em 2023.

Embora estejamos cumprindo nossos compromissos no âmbito do Fundo, sabemos que a proporção de investimento direto em organizações representativas de Pls e CTs ainda é consideravelmente menor do que o nível considerado ideal por nós e por nossos parceiros de Pls e CTs. Continuaremos a renovar os nossos apoios por meio de intermediários e ONGs parceiras das organizações de Pls e CTs, porém pretendemos aumentar gradativamente a proporção dos recursos destinada diretamente aos Pls e CTs. Uma forma de alcançar essa meta é por meio dos fundos do programa BUILD, que oferecem apoio financeiro flexível pelo prazo de cinco anos a organizações e redes de Pls e CTs nas regiões de atuação da Fundação Ford.

# Alemanha

## MENSAGENS DOS DOADORES

Reconhecemos que os Pls e CTs são atores fundamentais para a conservação e o uso sustentável das florestas e, portanto, para o clima e a biodiversidade. No entanto, para poderem cumprir esse papel, os Pls e CTs devem ter segurança de posse sobre seus territórios – suas terras, florestas e outros recursos naturais. Nas últimas décadas, a [Alemanha](#) tem direcionado apoio a Pls e CTs e suas organizações por meio de programas bilaterais e multilaterais em diversos países e regiões – entre eles o programa regional PROINDÍGENA, o programa [REDD Early Movers programme](#) no Brasil, Equador e Colômbia, e o Fundo Amazônia.

No desenho de seus programas REDD+, a Alemanha atribui grande importância aos direitos humanos e à manutenção de salvaguardas em sua implementação. Além dos esforços para o manejo sustentável de florestas e do solo, os programas REDD+ também servem para tratar de conflitos antigos sobre direitos de terra. Nesse contexto, é fundamental o planejamento integrado do uso do solo e o respeito e fortalecimento dos direitos formais e informais dos Pls e CTs sobre a terra.

Com seu compromisso com uma abordagem baseada em direitos humanos, a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento apoia, de um lado, os sujeitos de direitos, como Pls e CTs,

para que possam entender, reivindicar e exercer esses direitos, apoio este que se dá por meio de financiamento direto aos Pls e CTs, promovendo seu empoderamento, capacitação e participação em processos nacionais e internacionais. Por outro lado, a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento apoia instituições públicas e países parceiros enquanto detentores do dever de respeitar, proteger e fazer valer os direitos humanos, incluindo os direitos dos Pls e CTs.

Trabalhar tanto com os sujeitos de direitos quanto com os detentores de deveres, sobretudo por meio da cooperação técnica bilateral, representa uma importante estratégia para o diálogo construtivo entre Pls e CTs e órgãos públicos nos processos de reforma fundiária e florestal. Uma parcela considerável dos recursos multilaterais alemães também é destinada diretamente aos Pls e CTs: desde 2020, o [Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento](#) (BMZ) apoia o fundo “Enhancing Access to Benefits while Lowering Emissions (EnABLE)” do Banco Mundial, com aportes de € 20 milhões. O objetivo do EnABLE é promover e fortalecer a inclusão social de Pls e CTs em programas de financiamento climático baseados em resultados.

Os aprendizados descritos a seguir reforçam os desafios enfrentados no apoio aos povos indígenas e aos seus direitos territoriais, que vêm sendo discutidos no âmbito da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento desde a década de 1990:

- A implementação dos projetos requer uma análise constante do contexto político para identificar “janelas de oportunidade”.
- A manifestação de vontade política não basta; os governos parceiros devem receber apoio para traduzir o discurso em orçamentos nacionais ou regionais para financiar políticas e capacitação, trabalhos em campo, a manutenção de sistemas cadastrais e a institucionalização de mecanismos de diálogo com organizações de povos indígenas.
- A coordenação intersetorial (agricultura, extrativismo, conservação, infraestrutura, mineração etc.) é fundamental para tratar de sobreposições entre demandas territoriais.
- As agências de fomento devem promover entre seus colaboradores a sensibilidade cultural e conhecimentos e experiência com os povos indígenas e suas estratégias organizacionais; esses colaboradores, por sua vez, devem ter tempo e flexibilidade, principalmente na questão de normas e procedimentos administrativos.

FOTO: JOEL REDMAN / IF NOT US THEN WHO

# Good Energies Foundation

## MENSAGENS DOS DOADORES

Todos os nossos parceiros relataram um agravamento de todas as formas de ilegalidade e um retrocesso nas salvaguardas sociais e ambientais durante a pandemia da Covid-19, alertando a nós e à comunidade internacional para a importância de continuar a apurar, denunciar e divulgar casos de abuso e violação de direitos, ameaças e situações de insegurança enfrentadas por PIs e CTs. Há necessidade de maior transparência em todos os níveis – em torno da fiscalização, gastos, atividades de *advocacy*, desafios e oportunidades, e estratégias implementadas – para garantir que os povos indígenas tenham maior controle sobre suas terras, territórios e recursos.

Por isso, nós da [Good Energies Foundation](#) decidimos intensificar o engajamento e a disponibilização de recursos às comunidades e seus parceiros da sociedade civil, para que possam se valer dos instrumentos jurídicos à sua disposição para defender seus direitos sobre a terra. Por exemplo, firmamos parceria com o programa Forest Peoples para desenvolver e implementar o [Centro de Atendimento Jurídico Estratégico \(SLRC, na sigla em inglês\)](#), que oferece assessoria jurídica flexível, ágil e de forma inovadora para PIs e CTs, em parceria com acadêmicos, profissionais de direito e especialistas em direitos de terra. Em 2021, o SLRC apoiou 15 ações judiciais estratégicas a favor de

parceiros que reivindicavam o reconhecimento de suas terras ancestrais e/ou proteção contra grilagem, intimidações e violência.

O SLRC também apoia a criação de uma comunidade jurídica especializada nos direitos das comunidades florestais em âmbito internacional, regional e nacional, e capacita os povos florestais a utilizar os instrumentos jurídicos existentes. Entre as realizações do SLRC em 2021, destacamos: a primeira Escola Jurídica dos Povos – um curso de Direito para estudantes de origem amazônica e andina – em parceria com organizações indígenas no Peru; a formação de paralegais na Indonésia e criação de uma rede desses profissionais no país; patrocínio de cinco estágios jurídicos e comunitários; e co-organização e participação em mais de 10 diálogos sobre direitos territoriais.

# Países Baixos

## MENSAGENS DOS DOADORES

Nossa adesão ao Fundo para promover os direitos de posse e manejo florestal de Pls e CTs reafirma nosso compromisso em reconhecer e fortalecer o papel fundamental dessas comunidades na proteção das florestas e da natureza. A participação no Fundo gerou discussões internas e externas e maior visibilidade em torno do tema. Os compromissos políticos e financeiros dos doadores certamente contribuem para reforçar a centralidade dos Pls e CTs para a proteção das florestas, e do direito de posse como condição fundamental para alcançar o manejo florestal sustentável. O Fundo proporciona uma plataforma coletiva para cooperação e ações para avançar ainda mais nos direitos de posse florestal de Pls e CTs, bem como para acompanhar seu impacto. No entanto, a criação do Fundo também evidencia o longo caminho a ser percorrido para garantir os direitos de posse de Pls e CTs em todas as regiões do mundo, o que só pode ser alcançado por meio de ações coletivas.

Os [Países Baixos](#) reconhecem que ainda é muito pequena a parcela dos recursos destinada diretamente a Pls e CTs, algo fundamental para sua capacidade de proteção florestal. Portanto, nosso foco está em apoiar atividades específicas em que parcela substancial dos recursos é transferida para grupos representantes de Pls e CTs e/ou para intermediários atuantes na capacitação e apoio a grupos de Pls e CTs. Por exemplo, as ONGs responsáveis pela implementação do programa Forest for a Just Future destinam a maior parte de seu orçamento para parceiros de organizações da sociedade civil nos respectivos países e em nível regional; estes representam diretamente grupos de Pls e CTs ou têm profundo conhecimento e experiência em projetos locais e contato frequente com os grupos-alvo.

# Noruega

## MENSAGENS DOS DOADORES

Apesar dos avanços e do amplo apoio e reconhecimento alcançados por meio do Fundo, a relação entre os compromissos climáticos e florestais noruegueses e a atuação dos Pls e CTs é caracterizada pela continuidade. Desde a criação da Iniciativa Internacional Norueguesa para o Clima e Florestas, em 2008, os direitos fundiários e o papel dos Pls e CTs no manejo de florestas tropicais têm sido um tema cada vez mais prioritário, que agora passa a integrar [um de nossos sete eixos estratégicos](#). Nosso apoio tem se dado principalmente por meio de [parcerias](#) com países detentores de florestas tropicais e a com a [Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento \(NORAD\)](#), como veículo de financiamento climático e florestal à sociedade civil.

No [mais recente edital](#), publicado em 2020 e cujos projetos serão realizados entre 2021 e 2025, houve um maior foco em organizações ou fundos nacionais da sociedade civil, buscando consolidar não apenas as organizações de povos indígenas e suas organizações apoiantes da sociedade civil, como também as bases nacionais para a reforma fundiária, o acesso a fundos nacionais e um ambiente político e jurídico propício para a salvaguarda dos direitos de terra e da segurança dos defensores dos direitos humanos ambientais.

A Noruega apoiou a criação do [Tenure Facility](#) para ajudar a ampliar os direitos e o manejo das florestas

tropicais por Pls e CTs, sobretudo no contexto dos esforços nacionais ou regionais de reforma fundiária. Diante da deterioração do ambiente de direitos dos Pls e CTs no Brasil nos últimos anos, decidimos ampliar o apoio direto a organizações de povos indígenas por meio de um [programa especializado mantido pela Embaixada da Noruega no Brasil](#).

A Noruega tem priorizado o apoio direto a essas organizações mediante comprovação de sua capacidade fiduciária. No caso de investimento indireto por meio de intermediários, há a participação dos respectivos Pls e CTs no intuito de habilitá-los a receber apoio direto no futuro.

A transparência pública em torno dos investimentos e prioridades climáticas e florestais, tanto perante os Pls e CTs quanto perante a sociedade civil, é garantida por meio dos [orçamentos anuais do governo norueguês](#), bem como por uma [política de amplo acesso público às decisões e documentos da administração pública](#). A prestação de contas aos Pls e CTs é assegurada por meio do diálogo direto com a [Aliança Global de Comunidades Territoriais](#) sob a égide do Grupo de Fomento ao Manejo Florestal, o [Mecanismo de Consulta junto ao Parlamento Saami](#), e a [Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas](#) e o [IP Caucus](#), ambos no contexto da CQNUMC. Procedimentos e protocolos semelhantes se aplicam à cooperação com Pls e CTs no contexto da Convenção sobre Diversidade Biológica ([CDB](#)).



# Oak Foundation

## MENSAGENS DOS DOADORES

A equipe da [Oak Foundation](#) participou da New York Climate Week e de outro evento promovido pela Fundação Ford para divulgar o trabalho das organizações integrantes da [Aliança Global de Comunidades Territoriais](#). Foi uma excelente oportunidade para conhecermos mais sobre os

fundos regionais administrados por indígenas, que representam novos veículos para apoio aos trabalhos no âmbito do Fundo. As informações sobre esses novos fundos serão repassadas a toda a equipe da Oak e serão levadas em conta em futuros investimentos na região amazônica.

# Sobrato

## MENSAGENS DOS DOADORES

A [Sobrato Philanthropies](#) aprovou um novo foco em Pls e CTs e florestas em setembro de 2021, quando o Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário ainda estava em fase de desenvolvimento e implementação. Dessa forma, estávamos apenas começando a desenvolver e trabalhar o tema, e a criação do Fundo facilitou esse trabalho ao ampliar nossas redes de contatos e apoio.

O principal desafio para nós está nos trabalhos em campo no Peru, Colômbia e Indonésia, por termos uma equipe de pequeno porte baseada na Califórnia. Poder contar com organizações repassadoras de confiança tem sido e continuará sendo essencial para assegurar o uso eficiente dos recursos no apoio ao Pls e CTs nesses países.

# Reino Unido

## MENSAGENS DOS DOADORES

A decisão do Reino Unido de aderir ao Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário partiu de seu compromisso de longa data em garantir e proteger os direitos territoriais dos Pls e CTs e em promover o reconhecimento do papel vital dessas comunidades na linha de frente da mitigação climática e da conservação da biodiversidade. Ao mesmo tempo, ficou claro que uma parcela muito pequena do financiamento climático se destinava às comunidades florestais em seu papel de guardiães das florestas e da natureza, e que era preciso repensar o sistema de financiamento global aos Pls e CTs. A COP26 proporcionou uma oportunidade única para avançar nessa agenda e mobilizar novos recursos, além de criar um espaço no qual representantes dos Pls e CTs pudessem desafiar os líderes globais e transformar as percepções sobre essas comunidades que, antes vistos como beneficiários, passam a ser protagonistas das ações climáticas, capazes de prestar um serviço vital à sociedade.

O lançamento do Fundo na COP26 e nosso papel de liderança das principais iniciativas em 2022 para implementação dos respectivos compromissos, contribuíram para dar maior visibilidade à agenda no governo do Reino Unido e fortaleceram os esforços em seus diversos departamentos para promover os direitos de posse e manejo florestal de Pls e CTs. Passou a ser um pilar central nas ações de mitigação

climática e ambientais do Reino Unido, e diversos grupos e programas passaram a intensificar seus esforços de apoio aos Pls e CTs. O Reino Unido conta com larga experiência trabalhando com outros governos na promoção de reformas fundiárias que garantam e protejam os direitos territoriais das comunidades tradicionais. O apoio a essas mudanças sistêmicas será foco na destinação dos US\$ 224 milhões contribuídos pelo país ao Fundo. Programas como o Forest Governance, Markets and Climate e [Territorios Forestales Sostenibles \(TEFOS\)](#) têm atuado já há vários anos para fortalecer os direitos e meios de subsistência dos Pls e CTs. Esses programas buscam novas formas de apoio mais direto aos Pls e CTs e articular melhor as ações em nível nacional e comunitário. Este é um dos motivos que torna fundamental a atuação do Grupo de Fomento ao Manejo Florestal, um espaço no qual os integrantes do Fundo podem compartilhar aprendizados e buscar novas parcerias que nos permitam somar forças no enfrentamento dos desafios de cada um.

Este Fundo, e os próximos quatro anos, serão uma oportunidade para reequacionar o apoio global a esta agenda e desenvolver as estruturas e sistemas necessários para ampliar o apoio aos Pls e CTs. É um processo que leva tempo, e temos muito a aprender com os Pls e CTs nesta jornada.

# Estados Unidos

## MENSAGENS DOS DOADORES

A [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional](#) (United States Agency for International Development – USAID) tem longo histórico de apoio aos direitos de posse e manejo florestal dos PIs e CTs e à conservação da biodiversidade, contando com portfólio extenso de ações de engajamento e apoio de PIs e CTs. Os programas globais da USAID são desdobrados em projetos que atendem a um ou mais dos compromissos do Fundo.

O Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário renovou o foco dado pela Agência aos direitos territoriais. Conforme destacado na Estratégia Climática da USAID, os direitos

territoriais dos PIs e CTs e a conservação da biodiversidade são objetivos perseguidos através de múltiplos projetos transversais em todo o mundo. No entanto, ainda existem diversos desafios no âmbito do Fundo que precisam ser superados, como a criação de mecanismos de financiamento direto aprovados pelos PIs e CTs, as discussões sobre sequestro de carbono, a conscientização sobre a grande contribuição dos povos indígenas ao sequestro de carbono, a necessidade de maior transparência e acesso a informações sobre os processos de concessão de recursos dos doadores, e a capacitação das respectivas organizações.

# Wellspring Philanthropic Fund

## MENSAGENS DOS DOADORES

A devastação provocada pelas mudanças climáticas, a desigualdade fundiária e a aquisição de terras comunais e recursos naturais em grande escala afetam diretamente os direitos socioeconômicos e o bem-estar de mulheres e meninas em terras indígenas e comunidades tradicionais. Elas também enfrentam diversas barreiras ao exercício de seus direitos de participação na governança da terra e das florestas. Para tratar dessas questões, o Programa de Direitos das Mulheres (Women's Rights Programme – WRP) do Wellspring Philanthropic Fund conta com ações voltadas aos direitos sobre recursos naturais, que buscam transformar as estruturas e os mecanismos que impossibilitam que mulheres indígenas, pastoris e de comunidades locais exerçam seus direitos coletivos sobre a terra e os recursos naturais.

A COP26 e a criação do Fundo coincidiram com um processo de redesenho estratégico do WRP. O compromisso do Fundo de garantir *“a participação efetiva e a inclusão dos povos indígenas e comunidades tradicionais nos processos de decisão [...] reconhecendo os interesses específicos de mulheres e meninas, jovens, pessoas com deficiência e outros grupos frequentemente marginalizados nos processos de decisão”* se alinha com a nova orientação estratégica adotada pela fundação. Nossa adesão ao Fundo fortalece ainda mais esse

alinhamento e poderá ampliar os esforços para promover os direitos de posse e manejo florestal das mulheres dos PIs e CTs.

O espaço coletivo criado pelos governos e fundações integrantes do Fundo favorece a colaboração, o alinhamento e o aprendizado, potencializando os esforços para tratar dos desafios sistêmicos que são objeto do Fundo. Também servirá de ponte entre ações muitas vezes isoladas entre si, fator que em muitos casos dificulta a perseguição de objetivos holísticos, como os do Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário e dos próprios PIs e CTs.

# The William and Flora Hewlett Foundation

MENSAGENS DOS DOADORES

A [Hewlett Foundation](#) aderiu ao Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário por reconhecer a relação estreita que existe entre o engajamento efetivo de PIs e CTs e o sucesso das soluções para a crise climática. Para operacionalizar seus compromissos no âmbito do Fundo, a Hewlett trabalha em parceria com a Packard Foundation e a Aliança pelo Clima e Uso do Solo (CLUA).

# Integrantes do Protecting Our Planet Challenge

## MENSAGENS DOS DOADORES

Fundada em setembro de 2021, o Protecting Our Planet (POP) Challenge é uma coalização de doadores privados com a missão de contribuir à meta de preservar ao menos 30% do planeta até 2030. Entre suas iniciativas está a criação, expansão e manejo de áreas de conservação em todo o mundo, reconhecendo e promovendo os direitos e a atuação de Pls e CTs em sua tutela. Como parceiros do POP Challenge, nos comprometemos em investir conjuntamente US\$ 5 bilhões em prol desse objetivo entre 2021 e 2030, e pretendemos que 20% desses recursos se destinem a Pls e CTs. Não se trata de um fundo novo ou de administração conjunta: cada um dos 11 parceiros administra seus próprios recursos e tem suas próprias estratégias e prioridades, mas estamos trabalhando para alinhar nossos investimentos e coinvestir nos projetos com outros doadores e parceiros, como forma de potencializar o impacto.

Em 2021, os parceiros do POP Challenge investiram US\$ 624 milhões em áreas de conservação em todo o mundo, e pelo menos US\$ 72 milhões desse total foram destinados para apoio ao trabalho de Pls e CTs. A expectativa é de que esse volume aumente à medida que surgirem novas oportunidades e forem consolidados os mecanismos de apoio direto aos Pls e CTs. A maior parte desses recursos foi investida na África e na América Latina, mas também há iniciativas significativas na Ásia, Austrália e América do Norte.

Os membros da coalização são heterogêneos em

termos de seus países-sede, abordagens e áreas de atuação, mas se empenham em trabalhar juntos e aprender uns com os outros. Alguns dos parceiros (Nia Tero, ver a Seção 4) têm sua atuação totalmente voltada a apoiar os direitos de tutela florestal de Pls e CTs, enquanto outros (Bloomberg Philanthropies) tem como foco a preservação de áreas marinhas e a pesca artesanal sustentável. A Fundação Gordon e Betty Moore apoia iniciativas na bacia amazônica há mais de duas décadas, enquanto o novo Bezos Earth Fund passou a patrocinar áreas de preservação na Bacia do Congo e nos Andes tropicais. Juntos, apoiamos uma extensa rede de organizações locais, nacionais e internacionais e diversos grupos representativos de Pls e CTs.

Reconhecemos o papel fundamental dos povos indígenas na proteção ambiental e a importância de garantir seus direitos territoriais. Nesse sentido, alguns de nossos parceiros apoiam as iniciativas do [Tenure Facility](#), enquanto o Bezos Earth Fund participa de uma nova parceria entre o Grupo de Direitos e Recursos (RRG), a Aliança Global de Comunidades Territoriais e a Campanha pela Natureza para garantir os direitos e a proteção de mais de 100 milhões de hectares de floresta.

É uma honra integrarmos o Fundo para o Manejo Florestal Indígena e Comunitário e termos a oportunidade de aprender com outros doadores e parceiros e explorar novas formas de trabalhar para amplificar o impacto.

# Outras informações

## INTEGRANTES DO FUNDO PARA O MANEJO FLORESTAL INDÍGENA E COMUNITÁRIO

<p>REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA</p>  <p>german cooperation DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT</p>	<p>REINO DOS PAÍSES BAIXOS</p>  <p>Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands</p>	<p>REINO DA NORUEGA</p>  <p>NICFI Norway's International Climate and Forest Initiative</p>	<p>REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE</p>  <p>UKaid from the British people</p>
<p>ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA</p>  <p>USAID FROM THE AMERICAN PEOPLE</p>	<p>CHILDREN'S INVESTMENT FUND FOUNDATION</p>  <p>CHILDREN'S INVESTMENT FUND FOUNDATION</p>	<p>THE CHRISTENSEN FUND</p>  <p>THE CHRISTENSEN FUND</p>	<p>THE DAVID AND LUCILE PACKARD FOUNDATION</p>  <p>the David &amp; Lucile Packard FOUNDATION</p>
<p>FORD FOUNDATION</p>  <p>FORD FOUNDATION</p>	<p>GOOD ENERGIES FOUNDATION</p>  <p>Good Energies BY PORTICUS</p>	<p>OAK FOUNDATION</p>  <p>OAK FOUNDATION</p>	<p>SOBRATO PHILANTHROPIES</p>  <p><b>SOBRATO</b> Philanthropies</p>
<p>WELLSPRING PHILANTHROPIC FUND</p>  <p>Wellspring Philanthropic Fund</p>	<p>THE WILLIAM AND FLORA HEWLETT FOUNDATION</p>  <p>WILLIAM + FLORA Hewlett Foundation</p>	<p>PROTECTING OUR PLANET CHALLENGE</p>	

The Protecting Our Planet Challenge (integrantes: [Arcadia](#), the [Bezos Earth Fund](#), [Bloomberg Philanthropies](#), the [Bobolink Foundation](#), [Gordon and Betty Moore Foundation](#), [International Conservation Fund of Canada](#), [Nia Tero](#), [Rainforest Trust](#), [Re:wild](#), [Wyss Foundation](#) e [Rob and Melani Walton Foundation](#))

Página do Grupo de Fomento: [Fundo para a Posse e o Manejo Florestal Indígena e Comunitário | Land Portal](#)

Nossos agradecimentos ao site [If Not Us Then Who](#) por autorizar o uso de suas imagens neste relatório, e pelo apoio do Christensen Fund e da Fundação Ford na publicação deste relatório.

Design gráfico: Sebastián Molina

Publicado para o Grupo de Fomento ao Manejo Florestal, em novembro de 2022.



# FUNDO PARA O MANEJO FLORESTAL INDÍGENA E COMUNITÁRIO

Relatório Anual 2021-2022

GRUPO DE FOMENTO AO MANEJO FLORESTAL